

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.282.650 - MT (2018/0096322-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - MT014258A
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MT019081A
AGRAVADO : FRANCISCO ESTEVAN DA SILVA
AGRAVADO : JOAO MARTINS DE ARAUJO
AGRAVADO : APARECIDA OLIVEIRA MATEUS
AGRAVADO : JOSE CLAUDIO BODANESE
AGRAVADO : JOSE ROMUALDO SOBCZAK
AGRAVADO : JULIANO BODANESE CAMARGO
AGRAVADO : JURACY ROCHA SANTOS
AGRAVADO : THEREZINHA BLASIUS
AGRAVADO : EDITE BLASIUS FRATA
AGRAVADO : MARIA LUCIA BLASIUS MORO
AGRAVADO : SANDRA BLASIUS
AGRAVADO : NAIR BLASIUS FRATA
AGRAVADO : NEUSO BLASIUS
AGRAVADO : VALDEMAR BLASIUS
AGRAVADO : SILVIO BLASIUS
AGRAVADO : MARIO BLASIUS
AGRAVADO : LAZINHO SIQUEIRA FILHO
AGRAVADO : MARIA HELENA COSTA CAMPOS
ADVOGADO : LEONARDO FRANÇA ARAÚJO E OUTRO(S) - MT012621

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 83 do STJ e 282, 284 e 356 do STF (e-STJ fls. 531/539).

O acórdão do TJMT está assim ementado (e-STJ fls. 479/480):

EMENTA RECURSO DE APELAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE ATIVA - AFASTADA - MÉRITO - CADERNETA DE POUPANÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS SUBSEQUENTES - POSSIBILIDADE - ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO - CADERNETA DE POUPANÇA - ALTERAÇÃO DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - RECURSO PROVIDO.

1 - "Os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF" (REsp 1.391198/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 02/09/2014).

2 - "Segundo entendimento do STJ em sede de recurso repetitivo: 'Na execução de sentença que reconhece o direito de poupadores aos expurgos inflacionários decorrentes do Plano Verão (janeiro de 1989), incidem os expurgos inflacionários posteriores a título de correção monetária plena do débito judicial, que terá como base de cálculo o saldo existente ao tempo do referido plano econômico, e não os valores de eventuais depósitos da época de cada plano subsequente.' (REsp n. 1.314.478/RS, 2ª

Seção, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 13.05.2015)." (AI 50633/2016, DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 14/09/2016, Publicado no DJE 21/09/2016).

3 - "A correção monetária do valor da condenação relativo aos expurgos deverá ser efetuada com base nos mesmos índices de correção monetária da caderneta de poupança." (AI 169971/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 08/07/2015, Publicado no DJe 14/07/2015).

4 - "A matéria relativa aos juros de mora e à correção monetária é de ordem pública, pelo que a alteração do termo inicial de ofício no julgamento de recurso de apelação pelo tribunal na fase de conhecimento do processo não configura reformatio in pejus." (AgRg no AREsp n. 455.281/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 25/06/2014).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 492/512), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente apontou violação:

(a) dos arts. 95 e 97 do CDC, 219 do CPC/1973, 397 e 405 do CC/2002 (e-STJ fl. 493), pois o marco inicial para a fluência dos juros de mora seria a citação do recorrente no cumprimento de sentença, não na ação coletiva de conhecimento ajuizada em 1994,

(b) da Súmula n. 150/STF, dos arts. 21 da Lei n. 4.717/1965, 397 do CC/2002 e 219 do CPC/1973, sustentando que, sendo quinquenal o prazo para ajuizar a ação civil pública, as execuções individuais oriundas de tais decisões obedeceriam a mesma regra, estando prescrita ação ofertada após 24/10/2014 (e-STJ fls. 494/500),

(c) dos arts. 475-A, 475-C e 475-E do CPC/1973, 95 e 97 do CDC, porque haveria necessidade de prévia liquidação da sentença coletiva por arbitramento, não bastando a realização de meros cálculos aritméticos para definir o *quantum debeatur* (e-STJ fls. 500/504), e

(d) dos arts. 1.062 do CC/1916, 219, 397 e 405 do CC/2002, 95 e 97 do CDC, uma vez que: (i) o caso estaria submetido ao CC/1916, conforme art. 6º do Decreto-Lei n. 4.657/1942, por isso não seriam devidos juros moratórios, nos termos do art. 1.062 do CC/1916, (ii) sem ser constituído em mora o devedor por meio da citação, não seriam devidos os juros moratórios antes de conferir liquidez ao título por meio da liquidação da sentença coletiva e (iii) caso considerados devidos, os juros moratórios somente incidiriam a partir da citação do recorrente no cumprimento individual de sentença (e-STJ fls. 504/510).

Alegou que:

(a) não tendo a parte recorrida comprovado sua filiação ao IDEC, não deteria legitimidade para executar a sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública ajuizada pela referida entidade (e-STJ fls. 500/501), e

(b) "a projeção dos índices dos Planos econômicos posteriores, ao cálculo de atualização, somente seria cabível/aplicável se autorizada em sentença. Fato este que não ocorreu. Razão pela qual tal valor deve ser deduzido dos cálculos apresentados pelo requerente" (e-STJ fl. 511).

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ fls. 520/529).

No agravo (e-STJ fls. 542/561), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 563).

É o relatório.

Decido.

Cuidam os autos de execução de sentença proferida pelo JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA – DF na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, ajuizada pelo IDEC contra o Banco do Brasil S.A.

A tese de contrariedade à Súmula n. 150/STF não comporta análise no recurso, porque, segundo entendimento consagrado pela Corte Especial deste Tribunal Superior no enunciado de Súmula n. 518 (julgado em 26/2/2015, DJe 2/3/2015), "para fins do art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Nas razões recursais, o recorrente não indicou a legislação federal objeto de afronta pela Corte de origem ao aduzir que: (a) não tendo a parte recorrida comprovado sua filiação ao IDEC, não deteria legitimidade para executar a sentença coletiva proferida na ação civil pública ajuizada pela referida entidade (e-STJ fls. 500/501), e (b) "a projeção dos índices dos Planos econômicos posteriores, ao cálculo de atualização, somente seria cabível/aplicável se autorizada em sentença. Fato este que não ocorreu. Razão pela qual tal valor deve ser deduzido dos cálculos apresentados pelo requerente" (e-STJ fl. 511).

Ausente citada providência, a fundamentação recursal em tais pontos mostra-se deficiente e atrai a aplicação, por analogia, da Súmula n. 284/STF como óbice ao recurso. A propósito: "No recurso interposto pela alínea 'a' do permissivo constitucional é imprescindível a individualização do artigo de lei federal tido por violado, sem o que incide, por analogia, a Súmula 284 do STF" (AgInt no AREsp n. 623.110/GO, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/9/2017, DJe 2/10/2017).

Ademais, a Corte local, ao reconhecer a legitimidade ativa da parte recorrida para a propositura do cumprimento de sentença, independentemente de prova de sua filiação ao IDEC (e-STJ fls. 483/484), decidiu em sintonia com o entendimento firmado pela Segunda Seção do STJ no REsp n. 1.391.198/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, a respeito do tema. Confira-se:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE

OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal;

b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.

2. Recurso especial não provido.

(REsp n. 1.391.198/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/8/2014, DJe 2/9/2014.)

Incide, portanto, a Súmula n. 83/STJ, que se aplica como óbice tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto àqueles fundamentados pela alínea "a" do permissivo constitucional.

O Tribunal *a quo* não se manifestou quanto às teses de que:

(a) os juros de mora somente incidiriam a partir da citação do recorrente no cumprimento de sentença, conforme arts. 95 e 97 do CDC, 219 do CPC/1973, 397 e 405 do CC/2002,

(b) a pretensão estaria prescrita, em suma, conforme disposto na Súmula n. 150/STF e nos arts. 21 da Lei n. 4.717/1965, 397 do CC/2002 e 219 do CPC/1973 (e-STJ fls. 494/500),

(c) os juros moratórios não seriam devidos ou, caso reconhecidos, estaria prescrita a pretensão de exigí-los no cumprimento de sentença, a teor dos arts. 1.062 do CC/1916, 219, 397 e 405 do CC/2002, 95 e 97 do CDC (e-STJ fls. 504/510), e

(d) seria necessária a prévia liquidação da sentença coletiva, não bastando a realização de cálculos aritméticos para conferir liquidez ao título, conforme determinação dos arts. 475-A, 475-C e 475-E do CPC/1973, 95 e 97 do CDC.

Tal circunstância, aliada ao fato de não haver aclaratórios opostos pelo recorrente para suscitar referidas matérias, impede o conhecimento da insurgência em tais pontos por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Embora o recurso não esteja fundamentado na alínea "c" do art. 105, III, da CF, o recorrente apresentou em suas razões a ementa de diversos julgados, por meio dos quais alegou a existência de dissenso e postulou o provimento do especial.

Ocorre que o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação

Superior Tribunal de Justiça

dissonante, o cotejo analítico para demonstrar a divergência entre o acórdão recorrido e os arestos paradigmas, de modo a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973).

Inviável, portanto, conhecer do recurso. A propósito: "Não se conhece do recurso pela divergência jurisprudencial nas hipóteses em que o recorrente se limita à transcrição de ementas, sem promover o cotejo analítico a que se refere o art. 541, parágrafo único, do CPC/1973" (REsp n. 1.675.015/DF, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 14/9/2017).

Ademais, "a ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea 'c' do art. 105, III, da Constituição da República" (AgInt no AREsp n. 623.390/SC, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/12/2016, DJe 19/12/2016).

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator